

ARTIGO LIVRE

## **OLENDINO JOSÉ DOS PASSOS: UM NACIONAL DE COR EM ARACÊ NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

*Paulo César Ruas Oliveira Santos*

*Doutorando em História Social das Relações Políticas  
pela Universidade Federal do Espírito Santo —  
UFES. Membro do Laboratório de História Regional  
do Espírito Santo e Conexões Atlânticas — LACES/  
UFES.*



## Resumo

*Contribuindo com a historiografia que busca estudar o negro no pós-abolição, pesquisamos a figura de Olendino José dos Passos, negro, letrado, coletor de impostos e dono de cartório na “mais italiana região do Espírito Santo”, Aracê – Domingos Martins. O recorte temporal é o início do século XX. Dado a falta de documentação sobre o pesquisado, fizemos uso da História Oral, realizada com alguns de seus descendentes e com moradores antigos. As informações obtidas contribuem para que sua memória não se perca no tempo como a de tantos outros homens e mulheres de cor que ajudaram a construir o estado do Espírito Santo.*

*Palavras-chave: Nacional de cor, participação social, cartório.*

## Abstract

*To contribute to the historiography that seeks to look into black people condition after the abolition of slavery, it has been studied the person of Olendino José dos Passos, a black man, lettered, tax collector, register office owner and local resident in “the most Italian of the Espírito Santo regions”, Aracê – Domingos Martins. The temporal cut is the beginning of the 20th century. Given the lack of documents on the subject, it was employed Oral History, which took place through some of his descendants and ancient residents. The information obtained contributes so that his memory is not lost in time like that of so many other men and women of color who helped to build the state of Espírito Santo.*

*Keywords: Citizen of Color, social participation, registry office.*

## Introdução

Saído da senzala e da história, o negro<sup>1</sup> foi retratado por grande parte da historiografia brasileira das primeiras décadas do século XIX como sinônimo de escravo. Restringindo suas experiências e vivências ao período do cativo, poucos se dedicaram ao pós-abolição. As primeiras experiências de retratar o negro após a abolição geralmente estiveram presas a aspectos econômicos e políticos, tendo como seu principal representante Florestan Fernandes.

Sob forte influência da corrente paulista, as análises sobre a transição para o trabalho livre foram vistas como algo naturalizado, evolutivo e preso às transformações econômicas que vinham ocorrendo no Brasil. Segundo Rios e Mattos (2004), essa histo-

riografia tratava o negro com acentuada ênfase na sua marginalização no mercado de trabalho, com os escritos sobre seus planos e destinos obliterados pela história dos imigrantes chegados principalmente do continente europeu e voltados especialmente para as experiências nas fazendas paulistas.

Uma das teses de Florestan Fernandes é de que o negro libertado não estava nem estrutural nem funcionalmente ajustado às condições dinâmicas de integração e de expansão da nova ordem econômica capitalista. O negro, apático e despreparado ideologicamente para o trabalho livre foi contraposto ao imigrante afeito ao trabalho, disciplinado e responsável. Além da falta de autodisciplina e do espírito de responsabilidade inerente ao trabalhador livre, o negro não possuía os laços familiares tão necessários à reprodução e a estabilidade de sua força de trabalho. Essa precariedade familiar foi ressaltada por Emília Viotti da Costa, o que lhes impedia de estabelecer vínculos de solidariedade e de companheirismo (RIBEIRO, 2012).

Os primeiros estudos a apresentarem uma visão diferente do ex-cativo datam das décadas de 1970 e

1980 com os estudos de Rebecca Scott, Thomas Holt e Eric Foner, que discutiram a questão do negro em países como Cuba, Jamaica e Sul dos Estados Unidos.

A partir desse período, 1970 e 1980, a historiografia se voltou para questões da vida e o cotidiano dos libertos. Passou-se então a analisar o negro enquanto agente ativo de sua história, estudado a partir das redes de sociabilidade, arranjos parentais, de compadrio e busca pela diversificação das fontes de renda e de trabalho. Essa nova corrente teve forte influência sobre a recente historiografia espírito-santense, que está centrada principalmente nas relações familiares e seus arranjos.

Nas produções capixabas contemporâneas podemos notar, que contrário ao afirmado por Florestan Fernandes, a família sempre foi importante para o escravo. Em seus estudos, Merlo (2008) rompeu com a concepção de escravidão enquanto destruidora da família, conceitos que geralmente eram centrados na ideia de uma promiscuidade generalizada entre os escravos e de um elevado índice de indivíduos do sexo masculino enquanto fator que dificultaria a formação de laços familiares entre os cativos.

Quanto à questão levantada sobre a inaptidão do negro para o trabalho, Pesavento (1988) ressaltou que após a abolição foi criada uma nova concepção sobre o trabalho braçal, este, antes visto como atividade menor, exercida por negros, passou a ser visto como enobecedor e construtor de riqueza. Essa valorização do trabalho veio acompanhada de uma popularização de novos valores, como a ideia de progresso e mobilidade social, e foi associada ao imigrante branco de origem europeia. Curiosamente houve uma inversão, o negro que até então havia sido a força de trabalho por excelência, passou a ser considerado incompetente para a atividade regular e ordeira, “[...] confundido com o não-trabalho, a vagabundagem, o vício e a predileção pelo ócio [...], ou seja, “[...] o estigma da escravidão acompanhava o liberto na sua difícil trajetória como cidadão na sociedade brasileira [...]” (PESAVENTO, 1988, p. 99).

Nesse sentido, nosso trabalho contribui para desmistificar esse entendimento, do negro avesso ao

trabalho e às relações familiares, mostrando que nas primeiras décadas do século XX um homem de cor já ocupava lugar de destaque dentro de uma comunidade formada por imigrantes - de origem nacional e estrangeira -, o que mostra que os ex-escravos e seus descendentes não deviam ser tão alheios às novas relações de trabalho e aos laços familiares como afirmaram alguns autores, tendo constituído família, efetuado a construção de patrimônios e permanecido na comunidade, e ainda estando lá na figura de seus descendentes.

Nosso estudo mostra um pouco da história do senhor Olendino José dos Passos, um nacional de cor, letrado, coletor de impostos que teve como importante realização a fundação de um cartório no distrito de Aracê, no município de Domingos Martins, uma comunidade comumente tida por alguns escritos (artigos do Instituto Jones dos Santos Neves, o livro de Júlio Pinho etc.) e pelos canais oficiais da Prefeitura Municipal de Domingos Martins como de formação predominantemente italiana.

A pouca documentação sobre Olendino José dos Passos, mesmo sendo uma figura de destaque local, mostra a dificuldade de se construir sua história a partir de uma base documental, e demonstra ainda como os atores das pequenas comunidades vão perdendo espaço na historiografia.

Neste aspecto, tomamos por base as orientações de Thompson (2003-2004, p. 22) ao tratar de vozes ocultas, onde segundo o autor, embora cada homem e cada mulher tenha uma vida histórica e socialmente interessante de ser contada, a regra geral é termos acesso a pessoas pertencentes a setores poderosos, mas a História Oral tem o “[...] singular poder de nos permitir ascender [...]” as experiências de vida dessas pessoas que estão à margem do poder e cuja vozes permanecem ocultas porque suas vivências não estão documentadas nos registros”.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> No último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2010 a denominação que aparece para se referir ao nacional de cor é “preto”, entretanto, optamos por manter a grafia “negro” com base nos conceitos de algumas correntes de pensamento que defende sua utilização como uma forma “positivada” pelo influxo do Movimento Negro, no sentido de promover a superação do racismo e reforçar uma identidade secularmente menosprezada. Disponível em: [http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/quemtemmedodapalavranegro\\_cuti.pdf](http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/quemtemmedodapalavranegro_cuti.pdf) Acesso: 7 de jul de 2020 (BRASIL, 2013).

<sup>2</sup> Dentro das intermináveis contribuições ofertadas pelo estudo através das entrevistas de História Oral, vamos encontrar auxílio “[...] na investigação das genealogias de determinadas famílias [...]” e na trajetória “[...] de vida de pessoas cuja biografia não se pode estudar” (ALBERT, 2004, p. 25).

Como nosso Artigo se empenha em tratar de um elemento de cor em uma comunidade ostentada como de formação italiana, também buscamos apoiarmos nos conceitos de Meihy (2017), justamente por entendermos que os relatos orais que obtivemos junto às pessoas próximas de Olendino, se justificam por trazerem versões diferentes das oficiais e nas construções de identidades e de consciência coletiva. Sobre esse confronto, que nos deparamos entre os testemunhos históricos oficiais e os relatos das nossas entrevistas, Ricoeur (2007) destacou que nem tudo tem início nos arquivos, mas com o testemunho, e que apesar de sua confiabilidade, não temos nada melhor que o testemunho “[...] para assegurarmos que algo aconteceu, e que o principal, se não às vezes o único recurso, além de outros tipos de documentação, continua a ser o confronto entre testemunhos” (RICOEUR, 2007, p. 156).

Dessa forma, a metodologia da História Oral se justifica na produção de nosso Artigo por buscar reconstruir a história desse homem de cor e contribuir com a historiografia capixaba para que sua memória não se perca no tempo.<sup>3</sup>

### Formação do distrito de Aracê

Durante nossas entrevistas descobrimos que a trajetória de Olendino José dos Passos se iniciou no município de Cariacica, Espírito Santo. Já na idade adulta, o mesmo se mudou para o distrito de Aracê, no município de Domingos Martins. Nessa localidade foi coletor de impostos, membro da igreja católica,

fundador de um cartório, e viveu até a data de seu falecimento, no ano de 1975. Foi também em Aracê que Olendino constituiu a sua segunda família, cujos descendentes do segundo matrimônio ainda vivem, sendo que o cartório por ele fundado ainda está sob a posse desses seus herdeiros.

O distrito de Aracê<sup>4</sup> é fortemente marcado pelo turismo rural de montanha, e está localizado no município de Domingos Martins, região serrana do Espírito Santo.

Ao narrar sobre a ocupação de Aracê, Batista (2019) constatou - através de relatos orais com descendentes dos primeiros moradores - a existência de indígenas da tribo dos puris na região. No relato de uma de suas entrevistadas, da comunidade de Barcelos, foi informada que ela mesma era descendente de indígenas.

Minha bisavó, avó de meu pai, foi pega no laço, ela era índia (COSTA, 2018 *apud* BATISTA, 2019, p. 52).

Cronologicamente, Batista (2019) selecionou cinco rotas de mobilidade humana no processo de ocupação do distrito de Aracê. No decurso dessa ocupação, a Estrada Imperial São Pedro de Alcântara<sup>5</sup> teve um papel significativo, pois foi utilizada tanto em seu sentido interior-litoral, por mineiros e fluminenses, quanto no sentido litoral-interior, por alemães e cearenses saídos da Colônia de Santa Leopoldina.

Na primeira rota, os fluminenses saíram de Campos dos Goytacazes, cidade do Rio de Janeiro,

4 Existe a comunidade de Aracê e o distrito, sendo que em 1924 São Rafael era o distrito. Em 1938, São Rafael teve seu nome alterado para Pedreiras. Em 1943 o distrito passaria a ser denominado Aracê, tendo São Rafael e Pedreiras virado comunidades de Aracê. Prefeitura Municipal de Domingos Martins. Disponível em: <http://www.domingosmartins.es.gov.br/conheca-domingos-martins/o-municipio/distritos.html>. Acesso em: 6 de mar. de 2020.

5 A Estrada Imperial São Pedro de Alcântara ligava o litoral do Espírito Santo a Minas Gerais e foi concluída em 1816. Essa estrada era guarnecida de quartéis de proteção em toda a sua extensão. Um desses quartéis, o de Barcelos, estava localizado no trecho em que a estrada passava no distrito de Aracê (LEAL, 2009 *apud* BATISTA, 2019).

ro, tendo seguido para uma região conhecida por Conduru, Cachoeiro de Itapemirim.<sup>6</sup> Em seguida, tomando um ramal da Estrada Imperial, seguiram para Conceição do Castelo e posteriormente, também pela Estrada Imperial, mas em seu traçado principal, chegaram a Aracê. Os fluminenses que ocuparam a região de Aracê era um grupo composto de negros libertos e livres, que se instalaram próximo ao Quartel de Barcelos, onde se estabeleceram e onde filhos e netos ocupam as terras até hoje (BATISTA, 2019).

Ainda dentro da primeira rota levantada por Batista (2019), vamos encontrar os mineiros. Segundo a autora, esse grupo já vinha ocupando terras ao longo da Estrada Imperial desde o século XIX, e provavelmente tenha ocupado Aracê na esteira desse mesmo processo, tendo utilizado a Estrada Imperial em seu sentido interior-litoral. Entretanto, divergindo de Batista (2019), acreditamos que podemos colocar os mineiros como segunda rota, totalizando seis rotas no processo de ocupação de Aracê, pois os mineiros que chegaram à região - diferentemente dos fluminenses - o fizeram seguindo a Estrada Imperial somente em seu trajeto principal.

Mantendo o roteiro proposto por Batista (2019), na segunda rota, em seu sentido litoral-interior, tivemos a ocupação feita por alemães e cearenses. Foram grupos de famílias que subiram da Colônia de Santa Leopoldina em direção a São Rafael.

A terceira e quarta rota foram feitas por famílias italianas e seus descendentes, em sua maioria, saídos de Alfredo Chaves. Esse movimento migratório não teve por base a Estrada Imperial, pois chegou à região de Aracê por rotas alternativas como Pedra Azul, Vargem Alta, São Floriano, São Paulinho do Aracê e Santa Luzia (BATISTA, 2019).

A quinta rota levantada por Batista (2019) foi efetuada por um grupo composto de descendentes

6 Em São Rafael também foram encontrados vários descendentes de africanos que, em sua maioria, já nasceram livres e deixaram a região de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, provavelmente pouco depois da abolição (BATISTA, 2019).

de escravos do próprio estado capixaba, que teriam vindo da região de Castelo. Esses nacionais de cor foram trabalhar no entorno da Pedra Azul, “[...] na fazenda da família Girarde [...]” (BATISTA, 2019, p. 19).

Embora sejam poucas as fontes sobre o período pós-abolição que mencionem a trajetória dos ex-escravos e seus descendentes, alguns estudos apontam que migrar foi uma das alternativas encontradas por vários desses indivíduos. A migração foi vista por muitos indivíduos como um significado de liberdade e uma alternativa de acesso à terra. Em Aracê, negros e brancos seguiram o mesmo curso, “[...] tomaram posse das terras devolutas e nelas construíram suas vidas [...]”, tendo seus descendentes permanecido nessas terras como proprietários (BATISTA, 2019, p.111). A autora se refere vigorosamente ao fato de que os nacionais de cor migraram para essa região, ocuparam as terras devolutas e que essas possessões ainda permanecem com as famílias e seus descendentes, mostrando a fixação na terra e a inserção na comunidade.

No primeiro quartel do século XX nas comunidades de São Rafael, Aracê e adjacências a maior parte das propriedades estavam registradas em nome de estrangeiros. Tendo analisado o Censo de 1920, Batista (2019) encontrou 280 propriedades registradas, sendo 184 em nome de imigrantes estrangeiros e 96 registradas em nome de nacionais. E embora o número de nacionais não sendo irrelevante, a preponderância de um nacional de cor no distrito na figura de Olendino - pois nem todos os nacionais eram negros - reforça a sua influência na comunidade local.

### Olendino José Dos Passos

Na busca pela trajetória de Olendino, descobrimos que primeiramente havia morado em Cariacica e que havia sido casado com uma mulher negra e tido duas filhas. Essas informações foram obtidas em entrevistas junto ao senhor João Bleidorn (78 anos) e sua

esposa Maria Bassani (72 anos), moradores de Aracê.<sup>7</sup> A entrevista foi realizada na residência do casal, sendo de grande importância na hora da nossa escolha o fato do senhor João Bleidorn ser sobrinho da segunda esposa do senhor Olendino José dos Passos. O entrevistado também é descendente de cearenses pelo lado materno e de alemães por parte de pai. O senhor Bleidorn reforçou que mesmo não tendo conhecido a primeira esposa de Olendino, relatos do período davam conta de que era negra e que tinha duas filhas.

— O nome da primeira mulher era como? (BASSANI, 2020).

— Ah, aquela eu não sei porque nunca conheci (BLEIDORN, 2020).

Descobrimos que antes mesmo da abertura do cartório, Olendino dos Passos já frequentava a região de Aracê, sendo também um representante da comunidade. Essa informação é comprovada na lista de sócios fundadores da Igreja Católica São Sebastião do Aracê, escrita à mão pelo próprio Olendino, ele mesmo um dos associados, no ano de 1921.

A análise desse documento<sup>8</sup> reforça a sua importância local, pois permite avaliar - na qualidade de sócio da igreja e responsável pela elaboração da listagem - a sua importância em uma comunidade onde já estavam instaladas famílias de imigrantes alemães e italianos.

## Olendino: cobrador de impostos

O cartório fundado pelo senhor Olendino ainda está funcionando e pertence a mesma família desde 1925, dessa forma foi possível entrevistar um de seus des-

cedentes, seu neto Arione Stanislau dos Passos<sup>9</sup>, atual notário e registrador responsável pelo Serviço de Notas de Aracê. Fomos informados que seu avô havia sido cobrador de imposto antes de abrir o cartório na localidade. Essa informação deu indícios de que mesmo negro, Olendino era articulado com algumas esferas do poder, e que mantinha alguma ligação com o Poder Judiciário, já que cabia - segundo o nosso entrevistado - a esse corpo jurídico ver a necessidade e a indicação para a instalação de um cartório.

## Sobre a cobrança de impostos

Sobre a história da cobrança desses impostos, Eustáquio Gomes de Souza (2004) afirmou que a Lei nº601, de 18 de setembro de 1850<sup>10</sup> foi o primeiro instrumento legal do governo brasileiro com vistas à regularização fundiária. Através desse dispositivo se concedia o direito de propriedade a particulares. Entretanto, a instituição de um imposto sobre a terra veio existir no Brasil somente no governo republicano, com a Constituição de 1891 que previa a cobrança de impostos - sem distinções entre o meio rural e o meio urbano - e delegava aos estados tal competência.<sup>11</sup>

<sup>9</sup> A entrevista com o senhor Arione Stanislau dos Passos foi efetuada e registrada em meio digital. Foi realizada uma prévia da entrevista pessoalmente, entretanto, nos dias que se seguiram o país foi acometido pelo isolamento social devido à Pandemia do Covid-19 e por medida de segurança tanto pesquisador quanto entrevistado optaram pela troca de informações por correio eletrônico.

<sup>10</sup> A Lei de Terras tratava sobre as terras devolutas e buscava estipular os mecanismos de aquisição e punição das terras rurais. Embora tendo buscado a regularização das propriedades rurais, a lei não determinava qualquer tributo sobre a terra, e ainda que houvesse a previsão de penalidades financeiras para quem infringisse as normas, nenhum tributo rural era previsto (SOUZA, 2004).

<sup>11</sup> Quanto à cobrança de impostos, a falta de uma definição clara entre rural e urbano, levou à possibilidade de arrecadações que variaram entre 2,2 % e 4,2 % da receita fiscal entre os anos de 1914 e 1939. Essa cobrança variada perdurou até o ano de 1934, ano em que foi criado de fato um imposto exclusivamente rural. As Constituições de 1937 e 1946 mantiveram sob a responsabilidade dos estados a cobrança e administração dos impostos sobre a terra. Disponibilidades que foram alteradas pela Emenda Constitucional nº5, de 21 de novembro de 1961, quando foram transferidas aos municípios tais tarefas. Entretanto, a partir

<sup>7</sup> Devido à insuficiência auditiva do senhor João Bleidorn, nossa entrevista foi auxiliada por sua esposa Maria Bassani (72 anos), também membro de uma das famílias mais antigas da região.

<sup>8</sup> O documento faz parte do acervo particular do senhor Valdir Antônio Uliana, membro de uma das primeiras famílias de imigrantes que chegaram à região.

## O segundo casamento

Entre a data do primeiro documento encontrado (1821) e a fundação do cartório (1825), a vida de Olendino foi marcada por um segundo casamento. Segundo Bleidorn (2020), vindo a residir na comunidade, Olendino conheceu a sua tia, formando uma nova família. Mas não se sabe a data do ocorrido já que existiam descendentes da Mathilda mais velhos do que ele (o entrevistado), o que mostra que o casamento teria ocorrido antes de seu nascimento.

— Primeiro ele casou com uma mulher, tinha duas filhas. Casou não, apanhou. E depois apanhou a irmã do meu pai (BLEIDORN, 2020).

— O nome da primeira mulher era como? (BASSANI, 2020).

— Ah, aquela eu não sei porque nunca conheci. A segunda era Mathilde Bleidorn (BLEIDORN, 2020).

Com base nas informações fornecidas por nosso entrevistado, tivemos conhecimento que a senhora Mathilde era descendente de cearense pela parte materna, filha de Maria Barros. Sobre os filhos da senhora Mathilde,

— Nelson, Ilton, Floriano, Lola, Anna...cinco (BLEIDORN, 2020).

Tinha um que era delegado?

— Delegado, Hermíndio (BASSANI, 2020).

— Delegado, Nelson<sup>12</sup> (BLEIDORN, 2020).

O senhor Bleidorn nos informou que não havia delegacia, e que o Nelson tinha um pequeno escritório em sua casa.

Essa informação de que um dos filhos era delegado foi também encontrada na fala da senhora Darci, neta do Olendino. Ao tratar sobre a herança

de 1964 a União passou a ser a responsável pela arrecadação do Imposto Territorial Rural - ITR (SOUZA, 2004).

<sup>12</sup> Neste ponto houve uma contradição na memória dos dois entrevistados, pois cada um informou um nome diferente do delegado.

do cartório, ela nos informou que seu avô teria oferecido o estabelecimento para seu filho Nelson, mas o mesmo declinou da oferta por entender que já tinha ocupação demais como subdelegado para assumir o cartório. Dessa forma, o cartório ficou a cargo do senhor Floriano Placedino Passos, o filho mais novo de Olendino, o que reforça a informação fornecida pelo senhor João Bleidorn.

## A fundação do cartório

No ano de 1925, Olendino fundou o Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Distrito de São Raphael, localidade pertencente ao atual distrito de Aracê.<sup>13</sup>

A história dos cartórios no Brasil remonta ao ano de 1874 e está ligada à criação e regulamentação do registro civil<sup>14</sup>, criado pela Lei 1.144 de 1861 para solucionar os casos referentes aos enlacs dos não católicos<sup>15</sup> (CAMPOS; MERLO, 2005). Compreendendo

<sup>13</sup> Os serviços notariais são regulamentados pela Constituição Federal de 1988, que lhes designou como atividade pública delegada a terceiros. Segundo o notário Arione Stanislau dos Passos (2020), neto de Olendino José dos Passos, "Os serviços prestados pelos cartórios são de natureza pública, mas exercidos por delegação a um particular (pessoa física), ou seja, os serviços que o Estado é obrigado por Lei a prestar, em algumas áreas são terceirizados. É o caso dos cartórios, transporte urbano/rodoviário de passageiros (ônibus), transporte particular de passageiros (Taxi), administração de rodovias". Dentro das atribuições do tabelião está a responsabilidade pela guarda e conservação dos documentos, o recebimento e registro em livro especial à vontade declarada das partes, averiguar a identidade da declaração e anotar os elementos essenciais, entretanto não lhe cabe a competência de verificar a veracidade ou não da declaração.

<sup>14</sup> No período imperial cabia à Igreja, aliada do Estado, o Registro de Pessoas Naturais, como nascimento, casamento, legitimação de filhos e outros.

<sup>15</sup> O Decreto nº 1.144/1861 exigia regulamentação para a implantação dos registros civis para os não católicos, porém apenas dois anos depois é que foi publicado um decreto regulando essas inscrições, o Decreto 3.069, de 17 de abril de 1863. Essa normativa procurava regulamentar os atos realizados perante autoridades não católicas, não tendo chegado a implementar de fato um regime estatal de registros civis. Portanto, o Brasil passou a contar dois regimes de registro do estado civil, um paroquial voltado para os católicos e disciplinado pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1852 e o estatal destinado àqueles que professassem credo diferente da religião oficial (TIZIANI, 2016).

a importância adquirida pelos cartórios a partir desses eventos, temos indícios da influência do senhor Olendino no distrito de Aracê, uma comunidade popularmente marcada pela colonização italiana.

O cartório do senhor Olendino está funcionando até a presente data em novo endereço, mais ainda nas mãos de seus descendentes. Tivemos a sorte de encontrar o Termo de Abertura da instituição, assinado pelo então juiz distrital Florencio José de Barros, o que nos permitiu confirmar a data da abertura e a posse do Olendino enquanto seu fundador.

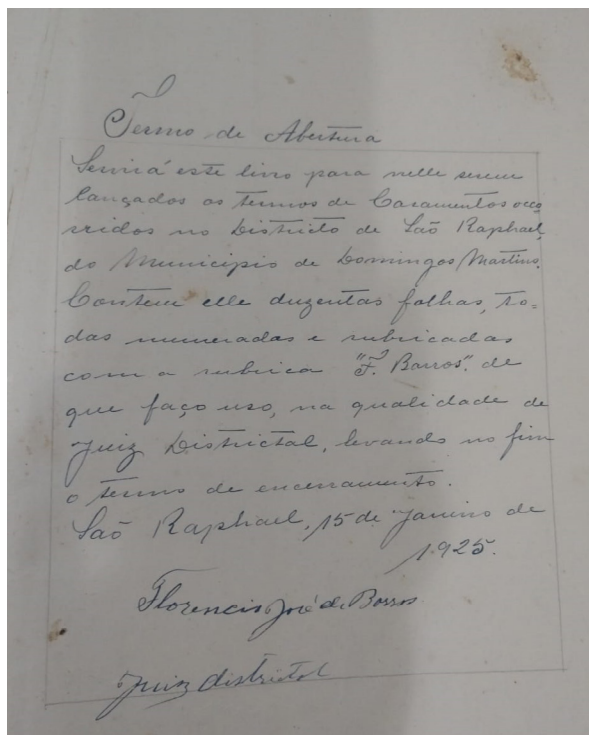
Na entrevista realizada com a senhora Darci Áurea da Penha Passos Grecco<sup>16</sup>, nascida em 31 de março de 1951 e neta do senhor Olendino José dos Passos, por parte de pai, o senhor Nelson José dos Passos, ela alegou não ter muito conhecimento sobre a formação do cartório. Mas a sua lembrança do pai exercendo a função de subdelegado na comunidade, reforça o exercício de cargos importantes por parte de seus familiares na região.

Sem precisar datas, a senhora Darci Grecco lembrou das instalações do cartório próximo as terras hoje pertencentes ao Condomínio Cerro Azul, e de sua transferência para as terras da família Bassani logo após o casamento do seu tio Floriano Passos com a senhora Margarida Uliana Kiiifer. Passados alguns anos, o senhor Floriano veio a óbito, tendo a sua tia Margarida assumido o cartório e permanecendo ainda por alguns anos no local, e posteriormente o transferido para a vila de Pedra Azul, pertencente ao distrito em voga.

As informações fornecidas pela senhora Darci Passos Grecco foram corroboradas pela nossa segunda entrevistada que aqui trataremos por fonte B<sup>17</sup>. De acordo com a fonte B.,

<sup>16</sup> A título de curiosidade e no reforço da influência do senhor Olendino, nossa entrevistada informou que foi o seu avô paterno que registrou a sua mãe, a senhora Olendina Zanon Passos, nome inclusive sugerido pelo próprio dono do cartório, já que naquela época, era um hábito comum alguns pais escolherem os nomes de seus filhos na hora do registro.

<sup>17</sup> A entrevistada não teve o seu nome citado porque veio a falecer antes de assinar a autorização do uso de seu nome.



**Figura 1:** Termo de Abertura do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas do Distrito de São Raphael, município de Domingos Martins. Fonte: Autor (2020)

O primeiro cartório começou lá em São Rafael, Olendino José dos Passos começou lá. Ele era brasileiro, moreno, brasileiro mesmo, moreno bem fechado mesmo.

[...] O Cartório começou em 1925. A família de Olendino Passos era do Rio de Janeiro.

Sobre a trajetória do cartório nossa fonte informou que conheceu seu proprietário muitos anos depois da abertura do estabelecimento, e lembrou que o cartório, quando foi transferido de São Rafael para a comunidade de Aracê, se instalou na Fazenda Santa Maria de propriedade do senhor Dido Fontes (Cerro Azul). Depois de alguns anos, foi transferido para a fazenda do senhor Gentil Módulo (Fazenda Bassani) e ali permaneceu entre os anos de 1963 e 1977, ano em que a entrevistada transferiu o cartório para a vila de Pedra Azul, inicialmente na parte alta.

[...] em 1975 seu Olendino faleceu. Em 1977 eu construí no alto, aqui em cima onde hoje é o Ângelo Cosmo, o Cartório. O dono desse loteamento doou o lote então construí ali com muita dificuldade, sozinha já, construí lá. Eu já estava viúva, com ajuda dos meus irmãos, meus pais. Além de eles me ajudarem, também me ajudou financeiramente para construir, porque eu não tinha condições. Então foi construindo o cartório lá no morro, ficou ali até 1986, aí eu vim para cá (FONTE B, 2017).

Quando questionada sobre a transferência do cartório para a vila de Pedra Azul, a entrevistada informou ter ganhado um terreno na localidade e alegou que

[...] as pessoas estavam achando dificuldade de ir à fazenda Bassani, eles achavam que aqui seria melhor. O dono do loteamento tinha apenas fundado isso aqui, ele fazia questão que fosse aqui, porque ficaria mais centralizado, em 1977 ele já tinha lotes para vender. O loteamento pertencia a Laurindo Módulo. A terceira casa foi a nossa (FONTE B, 2017).

## Questões sobre a cor do Olendino

Com total cuidado para não correremos os riscos de extrairmos conclusões forçadas de nossos entrevistados (THOMPSON, 2003-2004), procuramos dar especial atenção às amostras colhidas. Observamos, por exemplo, que embora o senhor Olendino fosse um nacional de cor, quando questionado se havia negros na localidade, o senhor João Bleidorn foi categórico em afirmar que não existiam.

— Tinha preto por aqui? (BASSANI, 2020).  
— Ah! Tinha não (BLEIDORN, 2020).  
— É claro que tinha João (BASSANI, 2020).  
— Você sabe que não tinha? O velho Espício falou com seu pai que se aparecesse ele botava arsênio no feijão e matava eles lá em cima. E seu pai aqui em

baixo... (BLEIDORN, 2020).

Quando questionado sobre a cor do Olendino, notamos um certo hesito em sua fala, nosso entrevistado teve dificuldades em assumir a existência de negros na comunidade. Mesmo ele não sendo um homem de pele clara, corrobora com o discurso de italianidade local, o que mostra a força das representações coletivas que faz o indivíduo tomar como suas as lembranças da coletividade (DADALTO, 2008).

— Ele era branco, moreno, assim, não era negro não, ele era... uma cor assim... (BLEIDORN, 2020).  
— Meio mulato (BASSANI, 2020).  
— Mais claro (BLEIDORN, 2020).

Já na entrevista realizada com a neta do Olendino, quando questionada sobre a cor do senhor Olendino José dos Passos, a senhora Darci foi enfática em afirmar que ele era de cor. A mesma cor de seu pai o senhor Nelson José dos Passos, fato que pode ser comprovado pela foto abaixo.

Ele era bem escuro, da sua cor assim, até um pouquinho mais escuro. Cabelinho ruim, mulato mesmo, ele era bem mulato (GRECCO, 2020).

## Sepultamento de Olendino

Através dos relatos de nossa Fonte B sabemos que Olendino faleceu no ano de 1975, e embora não sabendo a localidade onde foi sepultado, o relato de Bleidorn deixou pistas de não ter sido na localidade de Aracê,

— Pedreiras (BASSANI, 2020).  
— Não! Vitória (BLEIDORN, 2020).  
— O velho Olendino (BASSANI, 2020).  
— Ele morreu pra lá, foi enterrado lá. (BLEIDORN, 2020).

## Relato de um descendente

Sobre a possibilidade encontrada por um nacional de cor para a fundação de um cartório no início do século xx em uma comunidade rural separada da região central de Vitória, o senhor Arione nos expôs que seu avô já era coletor de impostos<sup>18</sup>, e observou que por ser uma rota de ligação entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais<sup>19</sup>, a região de São Rafael se tornou uma importante vila, motivo pela qual foi escolhida para a instalação de um cartório. Lembrou também do precário conhecimento da língua portuguesa entre imigrantes europeus, bem como da escrita e da educação em geral.

Quanto à escolha do senhor Olendino para a prestação de serviços cartoriais na região, o senhor Arione nos relatou que

Até o ano de 1988 a nomeação dos delegatários para o serviço extrajudicial prestado pelos cartórios era feita por indicação política e nomeação pelo Governador do Estado. Por conta das limitações citadas acima, encontrar uma pessoa para exercer a atividade por aqui era uma tarefa difícil. A primeira pessoa designada para o cargo foi Olendino José dos Passos, em janeiro de 1925, que já exercia o múnus público de cobrador de Impostos. Sua nomeação foi feita pelo Juiz Distrital, já que o acesso de Juiz de Direito ou do Governo Estadual a região era inexistente (PASSOS, 2020).

Em seus relatos o senhor Arione Passos falou sobre os nascimentos registrados no estabelecimento, nos informou que o primeiro registro lavrado data do dia 16 de janeiro de 1925, cuja registrada recebeu o nome de “Maria”, filha de Procollo Grek. Este registro ilustra bem as confusões de idiomas vivenciados

18 Em relação à função de cobrador de impostos no período não foi possível obter maiores informações, nesse sentido, a História Oral foi o único meio responsável pela preservação dos acontecimentos.

19 Estrada Imperial São Pedro de Alcântara (LEAL, 2009).



Figura 2: senhor Olendino José dos Passos (à direita, de traje civil e bigode). Fonte: Autor (2020)

pelos primeiros imigrantes, tendo Arione Passos observado que

[...] até os anos de 1970, a grande maioria dos registros eram feitos sob declaração verbal, o que produzia uma série de imprecisões com datas e nomes, notadamente os nomes de origem estrangeira, onde o registrador não conhecia a grafia alienígena (*sic*), nem tampouco os imigrantes conheciam a língua portuguesa, sem contar que nem sempre eram os familiares que faziam os registros de nascimen-

to/óbito; grande parte das declarações eram feitas por vizinhos, amigos, parentes. O primeiro registro citado ilustra bem esta exposição: O nome correto do pai da registrada é Procolo Greco - esta informação está em registros mais recentes que foram retificados mediante a apresentação do registro original da pessoa (PASSOS, 2020).

Em relação à história do cartório<sup>20</sup>, Arione Passos (2020) relata que a instituição exerceu – dada, sobretudo, pela precariedade e isolamento da região no período de sua fundação - e ainda exerce um papel importante,

[...] sendo como um centro de cidadania, pois, além de fazer os registros que servem de base para uma sociedade civil existir (registros de nascimentos, casamento/divórcio, óbitos, interdições, transações imobiliárias, autenticação de documentos, etc), acaba exercendo o papel que o Estado Brasileiro não consegue patrocinar a todos os seus Cidadãos, como orientação jurídica, solução de conflitos, encaminhamento de demandas, verificação de necessidades, indicação de irregularidades, aconselhamento psicológico, e mediação/conciliação, estes últimos que são feitos pelo Juiz Distrital ou Juiz de Paz, com o apoio do delegatário. Na verdade, essa realidade não é restrita à região, mas sim a todas as áreas distantes da nação, pois os serviços delegados aos cartórios são os que apresentam a maior capilaridade ante aos demais que deveriam atingir a toda a população.

Essas informações, somadas aos levantamentos feitos, dão indícios da importância que o antigo cartório pode ter exercido na comunidade, tendo ul-

20 Entre 1925 e 1960 Olindino José dos Passos respondeu pela serventia, sendo sucedido por Floriano Placidino dos Passos entre 1960 e 1975. Entre 1975 e 1995 Margarida Uliana Kiiifer tituló a serventia, e a partir daí os serviços está sob a responsabilidade de Arione Stanislau dos Passos, nomeado nos termos da Lei Federal 8.935/94, e que subscreve o presente relato (PASSOS, 2020).

trapassado o papel de simples guarda de documentos. Quanto à figura do senhor Olendino José dos Passos, ficou o legado de representatividade e importância de um nacional de cor, que poucas décadas após o fim do regime servil, foi membro e participante ativo na igreja católica de Aracê, letrado, cobrador de impostos e minimamente com influência nos meios jurídicos administrativos do Espírito Santo.

## Considerações finais

Por décadas o negro foi visto e tratado pela historiografia nacional sob a ótica da escravidão, tendo a sua trajetória restrita ao período do cativo, desconsiderada suas estratégias de resistência e sobrevivência.

Os caminhos e descaminhos dos ex-escravos e seus descendentes após a abolição da escravatura, por muito tempo ficou relegada a estudos sociológicos e antropológicos, que por vezes davam ênfase aos aspectos econômicos e políticos, realidade alterada a partir das décadas de 1970 e 1980, quando o negro passou a ser agente ativo de sua própria história, estudados a partir das redes de sociabilidade, arranjos parentais, de compadrio e busca pela diversificação das fontes de renda e de trabalho.

Encontramos um Termo de Abertura do cartório fundado por Olendino José dos Passos em 1925 e uma foto onde é possível comprovar a sua origem negra, documentos que reunidos aos levantamentos orais, mostram não apenas a fundação de um cartório por um negro no início do século xx, mas também a sua atuação na comunidade. Esse estudo pode contribuir com a historiografia capixaba para que sua memória não se perca no tempo como a de tantos outros nacionais de cor.

Nos relatos colhidos descobrimos o quanto Olendino se mostrou politicamente articulado ao conseguir se tornar cobrador de impostos. Vimos que antes mesmo da fundação do cartório ele já estava integrado na comunidade, ao contribuir com suas

habilidades de escrita para a organização dos sócios que fundaram a primeira igreja católica na região. Constatamos que mesmo após a fundação do cartório, ele se tornou figura presente e importante na comunidade, seu legado, assim como a instituição, permanece na família até hoje. Dessa forma, acreditamos que esse Artigo contribui para elucidar um pouco do caminho tomado pelos descendentes de escravos nos primeiros anos do século XX.

### Referências bibliográficas

- ALBERTI, V. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2004.
- BATISTA, M. R. **Ocupação do distrito de Aracê**: Domingos Martins (1888-1920). Dissertação (História) Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES, Vitória, 2019.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (Org.). **Características étnico-raciais da população**: classificações e identidades. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 7 de jul de 2020.
- CAMPOS, A.; MERLO, P. M. S. **Sob as bênçãos da Igreja**: o casamento de escravos na legislação brasileira. *Topoi: Revista de História*, v.6, n.11, jul-dez. 2005, pp. 327-361. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v6n11/2237-101X-topoi-6-11-00327.pdf>. Acesso em: 4 de mar. de 2020.
- DADALTO, M. C. **O discurso da italianidade no ES**: realidade ou mito construído? *Revista Pensamento Plural*. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas [03]: 147 – 166, julho/dezembro 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3746/3034> Acesso em: 5 de jul. de 2020.
- LEAL, J. E. F. **A Rota Imperial da Estrada Real**: a Estrada São Pedro de Alcântara. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2009.
- MEIHY, J. C. S. B. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2017.
- MERLO, P. M. S. **O nó e o ninho**: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871. Tese (História Social) Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.
- PESAVENTO, S. J. **De escravo a liberto**: um difícil caminho. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro - IEL, 1988.
- RIBEIRO, G. L. **Enlaces e desenlaces**: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo 1790-1871. Dissertação (História) Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações

Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES, Vitória, 2012.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

RIOS, A. M.; MATTOS, H. M. **O pós-abolição como problema histórico**: balanços e perspectivas. *TOPOI*, v.5, n.8, jan-jun 2004, p.170-198. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2004000100170](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2004000100170). Acesso em: 3 de abr. de 2020.

SOUZA, E. G. **ITR: uma Legislação Eficiente e uma Arrecadação Incongruente**. Secretaria da Receita Federal – 30 Prêmio Schöntag – 2004. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/premios/schontag/2004/terceirolugar.pdf>. Acesso em: 15 de mar. de 2020.

TIZIANI, M. G. **Uma breve história do Registro Civil contemporâneo**. Portal do Registro de Imóveis, 2016. Disponível em: <https://www.portaldori.com.br/2016/10/11/artigo-uma-breve-historia-do-registro-civil-contemporaneo-por-marcelo-goncalves-tiziani/>. Acesso em: 7 de mar. de 2020.

THOMPSON, P. R. **Historia, pasado y memoria reciente**: historia oral y contemporaneidad. Facultad de Humanidades y Artes. Universidad Nacional de Rosario. Anuario n.20, ano 2003/2004. Disponível em: [http://www.fhuc.unl.edu.ar/olimpistoria/paginas/manual\\_2009/docentes/modulo3/e-Historia,%20memoria%20y%20pasado%20reciente.pdf](http://www.fhuc.unl.edu.ar/olimpistoria/paginas/manual_2009/docentes/modulo3/e-Historia,%20memoria%20y%20pasado%20reciente.pdf). Acesso em: 31 de jun. de 2020.

